



PODER

Congresso avança com CPI contra STF

Senadores protocolam pedido de instalação de comissão parlamentar de inquérito para investigar suposto envolvimento de Moraes e Toffoli com o Caso Master. Em outra frente, cresce o número de pedidos de impeachment contra ministros da Corte

» WAL LIMA

Arastado para o escândalo de fraudes do Banco Master, ante as suspeitas envolvendo as condutas dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, o Supremo Tribunal Federal (STF) enfrenta uma saraivada de críticas, que colocam em dúvida a confiança na Corte e é alvo de ofensivas do meio político.

No Congresso está sendo gestada uma “CPI da Toga”, que depende do aval do presidente do Parlamento, senador Davi Alcolumbre (União-AP), para ser instalada. Ontem, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) protocolou um pedido para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito voltada a apurada condutas de Toffoli e Moraes no escândalo do Master.

“Protocolamos agora, com 35 assinaturas, o requerimento de CPI específica para apurar as condutas dos ministros do STF Dias Toffoli e Alexandre de Moraes no ‘caso Master’. Agora começa o trabalho para a efetiva instalação da comissão. A justiça deve ser igual para todos”, escreveu Vieira no X, ontem à noite.

Mensagens obtidas no celular do banqueiro Daniel Vorcaro mostram que ele mantinha conversas com Moraes. Já empreendimento de familiares de Toffoli tinha vínculo com fundos ligados ao Master.

“Sem condenação antecipada, mas com muita firmeza, vamos realizar uma investigação absolutamente necessária para resgatar a confiança dos brasileiros nas instituições”, frisou o senador horas antes.

A oposição no Senado Federal é que move a linha de frente contra os dois ministros do Supremo. Apesar disso, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, só assinou o requerimento depois que os 27 apoios mínimos já haviam sido obtidos. A assinatura de Flávio foi a 29ª da lista. Ele vinha sendo cobrado, sobretudo nas redes sociais, para que prestasse seu aval ao requerimento.

Dados extraídos do celular de Vorcaro revelam que ele prestava contas a Moraes sobre as negociações de venda do banco e sugerem diálogos a respeito do inquérito sigiloso que tramitava na

Victor Piemonte/STF



Mensagens mostram que dono do Master mantinha conversas com Moraes; e empreendimento da família de Toffoli tinha vínculo com fundos do banco



Sem condenação antecipada, mas com muita firmeza, vamos realizar uma investigação absolutamente necessária para resgatar a confiança dos brasileiros nas instituições”

Alessandro Vieira (MDB-SE), senador

Justiça Federal de Brasília.

Outras mensagens mostram que Vorcaro consultou Moraes sobre a lista de convidados para um fórum jurídico realizado em Londres, em abril de 2024. O magistrado determinou que o empresário Joesley Batista, da J&F, fosse “bloqueado” do evento, e Vorcaro levou o tema à organização do fórum.

Para manter o sigilo, Vorcaro e Moraes usavam, segundo as apurações, o recurso de visualização única. Por essa razão, as respostas do ministro não estão disponíveis, mas as notas do dono do Master permaneceram acessíveis no histórico do aparelho celular do banqueiro.

Transparência

Entidades, por sua vez, têm cobrado a adoção de mecanismos

institucionais capazes de fortalecer a transparência e a confiança no Judiciário, além de defenderem apuração rigorosa de eventuais irregularidades.

Durante a abertura da sessão ordinária do Conselho Pleno da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ontem, o presidente nacional da entidade, Beto Simonetti, afirmou que o momento exige equilíbrio institucional e compromisso com a Constituição.

Segundo ele, em momentos de maior pressão política, cabe às instituições manter responsabilidade e compromisso com o Estado de Direito. “E a Ordem jamais fugiu de seu papel histórico”, declarou, acrescentando que a entidade não se orienta por pressões externas ou conjunturais.

Simonetti também destacou que “defender as instituições não

significa silenciar diante de eventuais excessos”.

No fim de janeiro, a OAB-SP apresentou sugestões voltadas ao fortalecimento institucional do Judiciário. A seccional encaminhou ao presidente do STF, Edson Fachin, uma proposta de resolução para a criação de um Código de Conduta destinado a ministros da Corte.

O documento foi elaborado pela Comissão de Estudos para a Reforma do Judiciário da entidade e integra um conjunto mais amplo de propostas voltadas à integridade institucional, ao acesso à Justiça e ao funcionamento do STF e do Conselho Nacional de Justiça.

A comissão responsável pela proposta reúne juristas, acadêmicos e ex-autoridades públicas, entre eles os ex-presidentes do STF Ellen Gracie e Cezar Peluso, além dos ex-ministros da Justiça José Eduardo

Cardozo e Miguel Reale Jr..

Para o presidente da OAB-SP, Leonardo Sica, a iniciativa busca ampliar a confiança pública na Suprema Corte. “O Código de Conduta para o STF que estamos apresentando tem como objetivo fortalecer a independência, a credibilidade e a confiança da população na Corte. O documento foi elaborado por uma Comissão formada por notáveis que também estão trabalhando na construção de diretrizes para contribuir com uma ampla reforma no Judiciário brasileiro”.

O debate também mobilizou organizações da sociedade civil. No início deste mês, mais de 60 entidades participaram de um ato em defesa da criação de um código de ética para ministros do STF e demais instâncias do Judiciário. O evento foi realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e integrou a mobilização intitulada “Ninguém Acima da Lei”.

A iniciativa é liderada pela Transparência Brasil, pelo movimento Derrubando Muros e pelo Instituto Humanitas360, com apoio de entidades como Transparência Internacional-Brasil, Educafro, Rede pela Soberania e Fórum do Amanhã.

Segundo os organizadores, o objetivo é estabelecer parâmetros claros de transparência, integridade e prevenção de conflitos de interesse no sistema de Justiça. O movimento surgiu a partir de um abaixo-assinado lançado em dezembro, que já reuniu cerca de 65 mil assinaturas.

O debate ganhou força após questionamentos envolvendo relações familiares e contratos ligados a integrantes de Cortes superiores, incluindo revelações relacionadas ao colapso do Master. As entidades afirmam que episódios desse tipo reacenderam a discussão sobre conflitos de interesse, supersalários e práticas consideradas incompatíveis com princípios republicanos.

Presidente do Supremo, Edson Fachin busca implantar um Código de Ética na Corte. Na abertura do ano do Judiciário, o magistrado anunciou ter indicado a ministra Cármen Lúcia para relatá-lo, e vai submetê-lo ao plenário. As medidas, porém, sofrem resistência no tribunal. **(Com Agência Estado)**

O 10º pedido de impeachment contra ministros neste ano

» DANANDRA ROCHA

Em outra frente de embate com o Supremo Tribunal Federal (STF), foi protocolado, ontem, no Senado, o 10º pedido de impeachment de ministro da Corte neste ano.

A nova solicitação partiu do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), tendo como alvo o ministro Alexandre de Moraes. O documento foi protocolado com assinaturas de dirigentes e parlamentares do partido, além de apoiadores políticos, entre eles o deputado cassado Deltan Dallagnol.

A iniciativa tem como base revelações sobre trocas de mensagens e encontros entre o ministro do STF e o empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Segundo os autores da representação, as informações indicariam conduta incompatível com o cargo de magistrado, o que, na avaliação do grupo, poderia caracterizar crime de responsabilidade.

No texto encaminhado ao

Senado, os signatários afirmam que Moraes teria atuado de forma contrária às regras da magistratura ao, supostamente, manter interlocução com o empresário para tratar de temas ligados a interesses empresariais. Para os autores do pedido, a conduta configuraria violação ao dever de imparcialidade exigido de integrantes da Suprema Corte.

O documento também levanta suspeitas relacionadas a um contrato de prestação de serviços jurídicos firmado entre o Banco Master e o escritório da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro. Os signatários sugerem que os pagamentos poderiam estar ligados a irregularidades, mencionando hipóteses como tráfico de influência, advocacia administrativa e lavagem de dinheiro.

“Moraes agiu contrariamente ao que se espera de um integrante da Suprema Corte do país, exercendo a advocacia privada — em clara violação desidiosa a dever do cargo judicante de não exercer atividade advocatícia — e ferindo

Minervino Júnior/CB



O Novo protocolou pedido contra Moraes, sob a acusação de que conduta do ministro é incompatível com o cargo

o decoro, a honra e a dignidade do cargo, com a colocação prejudicial da imagem de toda a instituição da Suprema Corte, ao lhe pôr em crédito perante a opinião pública e criar uma noção de corrupção sistêmica e generalizada das instituições democráticas que diz tanto defender”, afirma o texto.

Além do impeachment, o pedido solicita o afastamento cautelar de Moraes do cargo enquanto os fatos são analisados. Para os autores, a permanência do ministro no tribunal poderia comprometer a apuração das denúncias apresentadas.

Ao comentar o assunto em coletiva a imprensa no Senado, Zema

frisou que a situação é grave. Disse que os envolvidos estariam agindo como se estivessem “acima da lei”. O governador também criticou o que classificou como “silêncio” de instituições e lideranças políticas diante das acusações.

“Se nós já tivéssemos dois presidentes da República afastados, na

minha opinião, já passou da hora de o mesmo acontecer com ministros do STF. Isso é pelo bem do Brasil e das instituições”, ressaltou, citando Dias Toffoli e Moraes por supostas ligações com o escândalo do Master.

Segundo Zema, o STF “é uma Corte que hoje não tem moral nenhuma para julgar nada”. “Não vejo Moraes, Toffoli com moral nenhuma para dar nenhuma decisão. São pessoas que estão ocupando cargo e seu tempo com interesse pessoal. Não são servidores públicos”, completou.

Em nota divulgada ontem, o ministro afirmou que as capturas de tela das conversas localizadas no celular de Daniel Vorcaro estavam associadas a pastas pertencentes a outros contatos registrados na agenda do empresário.

Moraes já havia sido alvo de outra representação neste ano, relacionada ao contrato entre o Master e o escritório de advocacia ligado à sua família.